



ACÓRDÃO Nº723/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11950/2019.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Órgão:** Câmara Municipal de Atalaia do Norte
- 4- **Exercício:** 2018
- 5- **Responsável:** Adelson da Silva Saldanha (Ordenador de Despesa)
- 6- **Advogado:** Não Possui
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 848/2020-DMP, Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Júlio Assis Corrêa Pinheiro.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Câmara Municipal de Atalaia do Norte. Exercício de 2018.

*Regularidade com ressalvas. Quitação.
Determinação. Multa.*

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída Art. 11, III, alínea "a", item 2, da resolução nº 04/2002-TCE/AM, nos termos do voto-destaque do Excelentíssimo Senhor Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva, **em divergência** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

10.1. À UNANIMIDADE:

10.1.1. Julgar regular com ressalvas a Prestação de Contas Anual da Câmara Municipal de Atalaia do Norte/AM, relativa ao exercício de 2018, de responsabilidade do Sr. Adelson da Silva Saldanha, nos termos do art. 71, II, c/c o art. 75 da Constituição Federal, art. 1º, II, c/c art. 22, II, da Lei Estadual nº 2423/96, e art. 188, §1º, II, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM;

10.1.2. Determinar à Secretaria do Tribunal Pleno que promova o arquivamento dos presentes autos, após o cumprimento das formalidades legais.

10.2. POR MAIORIA:

10.2.1. De acordo com voto-destaque do Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva, **aplicar Multa**, ao Sr. **Adelson da Silva**



ACÓRDÃO Nº723/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO

Saldanha no valor de **R\$ 20.481,60**, nos termos do art. 308, I, a da Res. 04/02-TCE/AM, tendo em vista o atraso constatado no envio de todos os balancetes mensais, que deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE.

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo.

Vencido o Relator pela inaplicabilidade de multa ao Gestor.

11- Ata: 21ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 15 de Julho de 2020

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Mario Manoel Coelho de Mello (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

13.1. Auditor presente e Relator: Júlio Assis Corrêa Pinheiro.

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO
Conselheiro-Presidente

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro Redator

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral